

**EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 01 DO EDITAL N.º 017/CEPUERJ/2012 – CRBio 02**

Fica alterado o **ANEXO I**, dos conteúdos programáticos e referências bibliográficas, incluindo-se o *hiperlink* das seguintes legislações:

**LEIA-SE:**➤ **CONTÉUDOS ESPECÍFICOS****BIÓLOGO FISCAL****CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

LEI nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente, Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)

LEI nº 9.605/1998 - Crimes Ambientais, Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm)

Decreto nº 6.514/2008 Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/D6514.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6514.htm)

LEI nº 9.795/1999 Política Nacional de Educação Ambiental, Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm)

Decreto 4.281/2002 Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4281.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm)

LEI nº 9.985/2000 Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm)

LEI Nº 11.105/2005 Lei de Biossegurança, Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1o do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei no 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória no 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5o, 6o, 7o, 8o, 9o, 10 e 16 da Lei no 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm)

Resolução RDC nº 302/2005 Dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=33&data=14/10/2005>

LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83)

**LEGISLAÇÃO****REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

LEI nº 6.684/1979, que regulamenta as profissões de Biólogo e de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.aspx?N=1>

LEI nº 7.017/1982, que dispõe sobre o desmembramento dos Conselhos Federal e Regionais de Biomedicina e de Biologia. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/legislacao/111-lei-no-7017-de-30-de-agosto-de-1982>

Decreto nº 88.438/1983, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Biólogo, de acordo com a Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, e em conformidade com a alteração estabelecida pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/d88438.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d88438.htm)

Resolução nº 11/1991 Cria as COFEPs - Comissões de Orientação Fiscalização do Exercício Profissional no âmbito dos CRBs, define competências e institui o Manual de Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional - MOFEP. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.aspx?N=9>

Resolução nº 12/1993 Dispõe sobre a regulamentação para a concessão de Termo de Responsabilidade Técnica em Análises Clínicas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/101-resolucao-cfbio-no-12-de-19-de-julho-de-1993>

Resolução nº 17/1993 Dispõe sobre normas e procedimentos para a concessão do título de Especialista Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.aspx?N=5>

Resolução nº 3/1996 - Dispõe sobre a regulamentação para a concessão de TRT. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.aspx?N=3>

Resolução nº 02/1997, que dispõe sobre a Instituição da Cédula de Identidade Profissional do Biólogo. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/97-resolucao-cfbio-no-2-de-21-de-julho-de-1997>

Resolução nº 5/02 – Código disciplinar. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/92-resolucao-cfbio-no-05-de-8-de-marco-de-2002>

Resolução nº 02/2002, que aprova o Código de Ética do Profissional Biólogo e Regimento interno, Disponível em <http://portal.crbio-02.gov.br/Regimento.aspx>

Resolução nº 10/2003 Dispõe sobre as Atividades, Áreas e Subáreas do Conhecimento do Biólogo. Disponível em <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/90-resolucao-cfbio-no-10-de-05-de-julho-de-2003>

Resolução nº 11/2003 Dispõe sobre a regulamentação para "Anotação de Responsabilidade Técnica - ART" por atividade profissional no âmbito das atividades inerentes à Profissão de Biólogo. Disponível em <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/89-resolucao-cfbio-no-11-de-05-de-julho-de-2003>

Resolução nº 13/ 2003 Dispõe sobre a Obrigatoriedade do Uso do Número de Inscrição no CRBio pelos Biólogos conjuntamente com a sua Assinatura na Identificação de seus Trabalhos. Disponível em <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/88-resolucao-cfbio-no-13-de-19-de-agosto-de-2003>

Resolução nº 16/2003 Dispõe sobre a Inscrição, Registro, Transferência, Licença e Cancelamento de Registro de Pessoas Físicas. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/87-resolucao-cfbio-no-16-de-12-de-dezembro-de-2003>

Resolução nº 30/2004 Dispõe sobre a Re-Ratificação da Resolução nº 11, de 05 de julho de 2003, a qual dispõe sobre a regulamentação para Anotação de Responsabilidade Técnica – ART por atividade profissional no âmbito das atividades inerentes à profissão de Biólogo. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/86-resolucao-cfbio-no-30-de-30-de-marco-de-2004>

Resolução nº 87/ 2006 Dispõe sobre a Re-Ratificação da Resolução nº 16, de 12 de dezembro de 2003, a qual dispõe sobre a Inscrição, Registro, Transferência, Licença e Cancelamento de Registro de Pessoas Físicas. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/85-resolucao-cfbio-no-87-de-07-de-julho-de-2006>

Resolução nº 177/ 2009 Altera o § 2º do art. 13 da Resolução nº 16, de 12 de dezembro de 2003, a qual dispõe sobre a Inscrição, Registro, Transferência, Licença e Cancelamento de Registro de Pessoas Físicas. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/76-resolucao-no-177-de-27-de-janeiro-de-2009>

Resolução nº 178/2009 Dispõe sobre a alteração o art. 22 da Resolução nº 115/2007, a qual dispõe sobre a Inscrição, Registro, Cancelamento e Licença de Pessoas Jurídicas e a concessão de Certidão de Termo

de Responsabilidade Técnica - TRT. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/75-resolucao-no-178-de-30-de-marco-de-2009>

Resolução nº 213/2010 Estabelece os requisitos mínimos para o Biólogo atuar em pesquisa, projetos, análises, perícias, fiscalização, emissão de laudos, pareceres e outros serviços nas áreas de meio ambiente, saúde e biotecnologia. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.Aspx?N=36>

Resolução nº 215/2010 - Re-Ratificação da Resolução Nº 213/2010, publicada no DOU, Seção 1, de 24 de março de 2010. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.Aspx?N=33>

Resolução nº 227/2010 Atividades Profissionais e as Áreas de Atuação do Biólogo, em Meio Ambiente e Biodiversidade, Saúde e, Biotecnologia e Produção, para efeito de fiscalização do exercício profissional. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.Aspx?N=32>

Resolução Nº 282/2012 - Dispõe sobre a inscrição de débitos na Dívida Ativa nos Conselhos Regionais de Biologia e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.Aspx?N=32>

## SECRETARIA EXECUTIVA

### LEGISLAÇÃO

LEI Nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm)

LEI Nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm)

LEI nº 6.684/1979, que regulamenta as profissões de Biólogo e de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.Aspx?N=1>

LEI nº 7.017/1982, que dispõe sobre o desmembramento dos Conselhos Federal e Regionais de Biomedicina e de Biologia. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/legislacao/111-lei-no-7017-de-30-de-agosto-de-1982>

Decreto nº 88.438/1983, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Biólogo, de acordo com a Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, e em conformidade com a alteração estabelecida pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/d88438.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d88438.htm)

Resolução nº 11/1991 Cria as COFEPs - Comissões de Orientação Fiscalização do Exercício Profissional no âmbito dos CRBs, define competências e institui o Manual de Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional - MOFEP. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.Aspx?N=9>

Resolução nº 12/1993 Dispõe sobre a regulamentação para a concessão de Termo de Responsabilidade Técnica em Análises Clínicas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/101-resolucao-cfbio-no-12-de-19-de-julho-de-1993>

Resolução nº 17/1993 Dispõe sobre normas e procedimentos para a concessão do título de Especialista Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.Aspx?N=5>

Resolução nº 3/1996 - Dispõe sobre a regulamentação para a concessão de TRT. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.Aspx?N=3>

Resolução nº 02/1997, que dispõe sobre a Instituição da Cédula de Identidade Profissional do Biólogo. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/97-resolucao-cfbio-no-2-de-21-de-julho-de-1997>

Resolução nº 5/02 – Código disciplinar. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/92-resolucao-cfbio-no-05-de-8-de-marco-de-2002>

Resolução nº 02/2002, que aprova o Código de Ética do Profissional Biólogo e Regimento interno, Disponível em <http://portal.crbio-02.gov.br/Regimento.aspx>

Resolução nº 10/2003 Dispõe sobre as Atividades, Áreas e Subáreas do Conhecimento do Biólogo. Disponível em <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/90-resolucao-cfbio-no-10-de-05-de-julho-de-2003>

Resolução nº 11/2003 Dispõe sobre a regulamentação para "Anotação de Responsabilidade Técnica - ART" por atividade profissional no âmbito das atividades inerentes à Profissão de Biólogo. Disponível em <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/89-resolucao-cfbio-no-11-de-05-de-julho-de-2003>

Resolução nº 13/ 2003 Dispõe sobre a Obrigatoriedade do Uso do Número de Inscrição no CRBio pelos Biólogos conjuntamente com a sua Assinatura na Identificação de seus Trabalhos. Disponível em <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/88-resolucao-cfbio-no-13-de-19-de-agosto-de-2003>

Resolução nº 16/2003 Dispõe sobre a Inscrição, Registro, Transferência, Licença e Cancelamento de Registro de Pessoas Físicas. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/87-resolucao-cfbio-no-16-de-12-de-dezembro-de-2003>

Resolução nº 30/2004 Dispõe sobre a Re-Ratificação da Resolução nº 11, de 05 de julho de 2003, a qual dispõe sobre a regulamentação para Anotação de Responsabilidade Técnica – ART por atividade profissional no âmbito das atividades inerentes à profissão de Biólogo. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/86-resolucao-cfbio-no-30-de-30-de-marco-de-2004>

Resolução nº 87/ 2006 Dispõe sobre a Re-Ratificação da Resolução nº 16, de 12 de dezembro de 2003, a qual dispõe sobre a Inscrição, Registro, Transferência, Licença e Cancelamento de Registro de Pessoas Físicas. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/85-resolucao-cfbio-no-87-de-07-de-julho-de-2006>

Resolução nº 177/ 2009 Altera o § 2º do art. 13 da Resolução nº 16, de 12 de dezembro de 2003, a qual dispõe sobre a Inscrição, Registro, Transferência, Licença e Cancelamento de Registro de Pessoas Físicas. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/76-resolucao-no-177-de-27-de-janeiro-de-2009>

Resolução nº 178/2009 Dispõe sobre a alteração o art. 22 da Resolução nº 115/2007, a qual dispõe sobre a Inscrição, Registro, Cancelamento e Licença de Pessoas Jurídicas e a concessão de Certidão de Termo de Responsabilidade Técnica - TRT. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/75-resolucao-no-178-de-30-de-marco-de-2009>

Resolução nº 213/2010 Estabelece os requisitos mínimos para o Biólogo atuar em pesquisa, projetos, análises, perícias, fiscalização, emissão de laudos, pareceres e outros serviços nas áreas de meio ambiente, saúde e biotecnologia. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.Aspx?N=36>

Resolução nº 215/2010 - Re-Ratificação da Resolução Nº 213/2010, publicada no DOU, Seção 1, de 24 de março de 2010. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.Aspx?N=33>

Resolução nº 227/2010 Atividades Profissionais e as Áreas de Atuação do Biólogo, em Meio Ambiente e Biodiversidade, Saúde e, Biotecnologia e Produção, para efeito de fiscalização do exercício profissional. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.Aspx?N=32>

Resolução Nº 282/2012 - Dispõe sobre a inscrição de débitos na Dívida Ativa nos Conselhos Regionais de Biologia e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.crbio-02.gov.br/Legislacoes.Aspx?N=32>

Fica alterado o **ANEXO I**, dos conteúdos programáticos e referências bibliográficas, alterando-se o seguinte:

## **ONDE SE LÊ:**

### **SECRETARIA EXECUTIVA**

### **NOÇÕES DE RECURSOS HUMANOS**

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

SCHWELLA, Erwin Inovação no Governo e no Setor Público Brasília: ENAP, 2005. Disponível em: <www.enap.gov.br> RSP. Vol. 53. n.3 – julho/set.2005

**LEIA-SE:****SECRETARIA EXECUTIVA****NOÇÕES DE RECURSOS HUMANOS****REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

SCHWELLA, Erwin Inovação no Governo e no Setor Público Brasília: ENAP, 2005. Disponível em: <www.enap.gov.br> RSP. Vol. 56. n.3 – julho/set.2005.

**ONDE SE LÊ:****SECRETARIA EXECUTIVA****NOÇÕES DE BANCO DE DADOS E ARQUIVO**

Conceitos de bancos de dados: tabelas e relacionamentos de chave estrangeira, restrições de integridade existencial e referencial; Conhecimentos sobre Microsoft Access 2010 em português: conceitos, características, atalhos de teclado, emprego dos recursos e uso dos objetos internos. Noções de Arquivologia: Teorias e Princípios. Tipos de Arquivos. Arquivo corrente e intermediário; Protocolos; Avaliação de Documentos; Arquivos permanentes. Tipologias documentais e suportes físicos: microfilmagem; automação; preservação, conservação e restauração de documentos. Classificação de Documentos. Métodos de Arquivamento.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

Ajuda do Microsoft Access 2010;

ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant – Sistemas de Banco de Dados – Editora Pearson.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DIAS, Marco Aurélio Pereira. Administração de Materiais: Uma Abordagem Logística. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da Informação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

**LEIA-SE:****NOÇÕES DE BANCO DE DADOS E ARQUIVO**

Conceitos de bancos de dados: tabelas e relacionamentos de chave estrangeira, restrições de integridade existencial e referencial; Conhecimentos sobre Microsoft Access 2010 em português: conceitos, características, atalhos de teclado, emprego dos recursos e uso dos objetos internos. Noções de Arquivologia: Arquivos: origem, histórico, função, classificação e princípios. Terminologia Arquivística. Gestão de documentos: arquivo corrente e intermediário; protocolo; avaliação de documentos; classificação dos documentos. Arquivos permanentes. Legislação arquivística: Lei nº 8.159, de 08/01/1991 – Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências; Lei nº 12.527, de 18/11/2011 – Lei de Acesso à Informação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Ajuda do Microsoft Access 2010;

ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant – Sistemas de Banco de Dados – Editora Pearson.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações Técnicas; nº 51. Disponível em:

<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>

BELLOTTO, Heloísa Liberali. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. rev., ampl. Rio de Janeiro (RJ): Ed. FGV, 2008.

FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da Informação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.